



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria da Administração Penitenciária

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Recurso apresentado a outro protocolo SIC. Demanda já apreciada pela OGE e integralmente provida. Recurso não conhecido.

**DECISÃO OGE/LAI nº 042/2018**

1. Trata o presente expediente de pedido à Secretaria da Administração Penitenciária – SAP, número SIC em epígrafe, requerendo que as razões expostas sejam recebidas como recurso a protocolo SIC anterior, sobre acesso a notas fiscais da Pasta.
2. Em resposta, o ente enviou documento esclarecendo as notas fiscais que possuía, mas que deixava de atender a demanda pois as notas fiscais são descentralizadas nas 168 UGEs da Pasta e, ante recurso, enviou Cota da Procuradoria Geral do Estado. Inconformado, o solicitante apresentou o presente apelo revisional cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Analisando-se o feito, constata-se que a solicitação é idêntica à de protocolo SIC anterior, o qual gerou a Decisão OGE/LAI nº 278/2017, pelo provimento ao recurso interposto na ocasião, de modo a se garantir o acesso aos documentos solicitados.
4. Há que se assinalar não ser adequada a apresentação de um recurso relativo à outro expediente como se fosse um novo pedido de informação, lastreado pela Lei de Acesso à Informação. A interposição de recursos no Sistema SIC.SP deve ser feita nos respectivos expedientes.
5. Ademais, inevitável a conclusão de que, no presente caso, o recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo-lhe de motivação para reforma de decisão anterior. Nesse sentido, Humberto Theodoro Jr. leciona:

*“Constitui ainda, pressuposto do recurso a motivação, pois ‘recurso interposto sem motivação constitui pedido inepto’ [...]. Disse muito bem Seabra Fagundes que, se o recorrente não dá ‘as razões do pedido de novo julgamento, não se conhece do recurso por formulado sem um*



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

*dos requisitos essenciais*” (Curso de Direito Processual Civil, v. III, 50ª Ed. p. 1120.)

6. Assim, considerando já ter havido, no expediente próprio, decisão administrativa favorável ao solicitante sobre a demanda em questão, não se tratando, neste feito, de demanda recursal motivada por acesso à informação que almeje reforma da resposta ofertada pelo ente, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto n. 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência dos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 15 de fevereiro de 2018.

  
GUSTAVO UNGARO  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

MT